



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS – CÂMPUS CONGONHAS

Concurso Público de Provas e Títulos – **Edital 065 / 2014**

CARGO: Tecnólogo em Gestão de Recursos Financeiros

ÁREA: Mineração DATA: 01 de junho de 2014.

Quantidade de questões: **50**

Quantidade de páginas: **34**

INSTRUÇÕES GERAIS: As questões de 01 a 10 referem-se aos conhecimentos de *Língua Portuguesa*. As questões de 11 a 30 referem-se aos conhecimentos específicos em *Gestão de Recursos Financeiros*. As questões de 31 a 40 referem-se aos conhecimentos em *Informática*. As questões de 41 a 50 referem-se aos conhecimentos de *Legislação*. A prova deverá ser respondida com caneta esferográfica **azul** ou **preta**. A prova vale **100** pontos, cada questão vale **2,0** pontos.

Como administrar o dinheiro em um relacionamento

Dicas simples ajudam o casal a evitar o desgaste da relação por motivos financeiros

(Bruno Cabral)

(§1) Dentre os diversos motivos que podem levar um casal à separação estão as brigas por dinheiro, causadas, por exemplo, pela divergência de prioridades da família ou por gastos excessivos de uma das partes. Assim como em praticamente tudo em uma relação, a administração da renda familiar requer planejamento, cumprimento de metas e, sobretudo, que ambos saibam ceder.

(§2) Para *Ricardo Teixeira*, coordenador do MBA em gestão financeira da *Fundação Getúlio Vargas (FGV)*, uma das maneiras para diminuir conflitos é permitir que cada um dos cônjuges tenha o seu próprio dinheiro, para gastar como quiser, mesmo que apenas um deles tenha renda. “Ambos devem separar uma parte para que cada um tenha o seu gasto próprio. Sabendo que se quiser gastar com a casa será uma opção individual. O importante é preservar a independência de cada um”, ele diz. “E quando acontece de um dos dois não trabalhar, o ideal é que o outro lhe dê uma quantia para que aquele possa gastar como achar melhor”.

(§3) Teixeira recomenda que antes de calcular o orçamento familiar, o casal faça o abatimento relativo aos gastos individuais, deixando sempre uma sobra para as adversidades, como problemas de saúde, acidente de carro, ou para um plano de previdência. “O orçamento da casa será a soma do que cada um ganha menos o que foi tirado para si, além da sobra para as imprevisibilidades”.

(§4) Ele diz que um dos erros mais frequentes cometidos pelos casais é estipular o orçamento no limite da renda familiar, o que pode acabar gerando endividamento. “Aí qualquer gasto extra desorganiza o orçamento e gera desgaste entre o casal”, ele diz. “O casamento de certa forma é um contrato em que a gente abre mão de muita coisa. E, em alguns casos, é preciso abrir mão de um padrão desejado, para um padrão mais baixo”.

Infidelidade financeira

(§5) Segundo a educadora financeira *Louise Porto Freire*, outro motivo de briga entre casais é o que ela chama de “infidelidade financeira”. A infidelidade ocorre quando um dos dois gasta mais do que o combinado e passa a esconder as dívidas.

(§6) “Aí quando não dá mais para esconder começam as brigas”. Ela diz que é comum que mulheres extrapolem comprando roupas enquanto os homens se excedem com os amigos, pagando contas em bares ou restaurantes. “Conflito sempre vai haver. É preciso definir a responsabilidade de cada um nas despesas da casa”.

(§7) Para as despesas domésticas, é recomendável que o casal abra uma conta conjunta, sem que cada um deixe de ter a sua conta individual, “por mais que o casal se ame”, diz Teixeira. Além disso, Louise ressalta que ter uma conta conjunta permite que o casal possa negociar com o banco melhores condições para fazer aplicações financeiras do que teriam em contas individuais.

(§8) Por outro lado, se é comum que dificuldades financeiras causem separações, Ricardo Teixeira diz que há casos em que ela pode segurar o casamento, quando, por exemplo, um dos dois entende que a sua condição ficará ainda pior se estiver sozinho.

(§9) “Há casais que permanecem unidos justamente por conta das adversidades, e um dos dois acaba ficando preso ao casamento quando a situação financeira piora”. Para ele, a principal dica para não gerar conflitos por causa de dinheiro é mesma para qualquer situação entre um casal. “O mais importante é que os dois queiram que a relação dê certo”.

Dicas

1. Reservar valores mensais para que cada um possa fazer gastos individuais, sem interferência do outro, mesmo que só um dos dois tenha renda.
2. O casal deve planejar o orçamento familiar junto.
3. Separar uma quantia mensal para gastos com adversidades.
4. Estabelecer e cumprir as metas.
5. Saber ceder nos momentos de adversidades.
6. Abrir uma conta conjunta para as despesas domésticas.

(<http://goo.gl/gEPsMm>. Acesso: 09/05/2014. Adaptado.)

QUESTÃO 01. Ao citar “Ricardo Teixeira” e “Louise Porto Freire”, o autor do texto, Bruno Cabral, garante

- a) a isenção sobre o que diz, dado que transfere para esses especialistas a responsabilidade sobre as informações que são apresentadas em seu texto.
- b) ao leitor a compreensão total dos argumentos utilizados, ratificando a ideia de que o casamento pode dar certo se houver um planejamento adequado.
- c) que a coautoria do texto seja respeitada e garantida, exatamente porque cita os discursos de especialistas que o auxiliaram na discussão do tema no texto.
- d) que as estratégias financeiras para a preservação do casamento sejam respeitadas, porque dá voz aos especialistas que entendem desse assunto.
- e) uma maior credibilidade ao texto, uma vez que acrescenta argumentos de quem possui a expertise necessária às discussões sobre planejamento financeiro.

QUESTÃO 02. Ao final do texto, são apresentadas 6 “dicas” sobre como manter a saúde financeira e, por conseguinte, a saúde emocional do casamento. Em uma delas, porém, recai um problema de linguagem, caracterizado pela repetição de ideias. Isso ocorrer em qual das dicas?

- a) “Estabelecer e cumprir as metas.”
- b) “Saber ceder nos momentos de adversidades.”
- c) “O casal deve planejar o orçamento familiar junto.”
- d) “Abrir uma conta conjunta para as despesas domésticas.”
- e) “Separar uma quantia mensal para gastos com adversidades.”

INSTRUÇÃO: Releia o segundo parágrafo do texto para responder a **questão 03**:

“Para Ricardo Teixeira, coordenador do MBA em gestão financeira da Fundação Getúlio Vargas (FGV), uma das maneiras para diminuir conflitos é permitir que cada um dos cônjuges tenha o seu próprio dinheiro, para gastar como quiser, mesmo que apenas um deles tenha renda. “Ambos devem separar uma parte para que cada um tenha o seu gasto próprio. Sabendo que se quiser gastar com a casa será uma opção individual. O importante é preservar a independência de cada um”, ele diz. “E quando acontece de um dos dois não trabalhar, o ideal é que o outro lhe dê uma quantia para que aquele possa gastar como achar melhor”.”

QUESTÃO 03. Sobre o parágrafo, foram feitas algumas considerações. Analise-as atentamente.

I – Tanto a relação de “finalidade” quanto a relação de “condição” são exemplificadas no parágrafo.

II – A última frase entre aspas no parágrafo deve ser entendida como uma hipótese, não como um fato.

III – No trecho “...o ideal é que o outro lhe dê uma quantia...” há dois complementos para o verbo dar.

IV – Dentre os recursos argumentativos usados no trecho, destacam-se a exemplificação e a enumeração.

Estão corretos os comentários feitos em:

- | | |
|-------------------------|--------------------------|
| a) I, II e III, apenas. | d) II, III e IV, apenas. |
| b) I, II e IV, apenas. | e) I, II, III e IV. |
| c) I, III e IV, apenas. | |

QUESTÃO 04. Em qual sentença o conectivo destacado apresenta uma relação de concessão?

- a) “Ela diz que é comum que mulheres extrapolem comprando roupas **enquanto** os homens se excedem com os amigos, pagando contas em bares ou restaurantes.” (§6)
- b) “O casamento de certa forma é um contrato em que a gente abre mão de muita coisa. E, em alguns casos, é preciso abrir mão de um padrão desejado, **para** um padrão mais baixo”. (§4)
- c) Para *Ricardo Teixeira*, (...) uma das maneiras para diminuir conflitos é permitir que cada um dos cônjuges tenha o seu próprio dinheiro, para gastar como quiser, **mesmo que** apenas um deles tenha renda. (§2)
- d) “O orçamento da casa será a soma do que cada um ganha menos o que foi tirado para si, **além da** sobra para as imprevisibilidades”. (§3)
- e) “**Segundo** a educadora financeira *Louise Porto Freire*, outro motivo de briga entre casais é o que ela chama de “infidelidade financeira”. (§5)

QUESTÃO 05. Avalie estas afirmações como (V) verdadeiras ou (F) falsas:

- () Na sentença, “Teixeira recomenda que antes de calcular o orçamento familiar, o casal faça o abatimento relativo aos gastos individuais [...]”(§3), observa-se uma oração substantiva subjetiva.
- () Na sentença, “Por outro lado, se é comum que dificuldades financeiras causem separações, Ricardo Teixeira diz que há casos em que ela pode segurar o casamento [...]”(§8), há uma oração adverbial condicional.
- () No período, “O casamento de certa forma é um contrato em que a gente abre mão de muita coisa. (...)” (§4), há uma oração adjetiva.
- () No período, “Ele diz que um dos erros mais frequentes cometidos pelos casais é estipular o orçamento no limite da renda familiar, o que pode acabar gerando endividamento” (§4), observa-se uma oração substantiva objetiva direta.

A sequência correta de classificação, de cima para baixo, é:

- a) (F); (F); (F); (V).
- b) (F); (V); (V); (V).
- c) (V); (V); (F); (F).
- d) (V); (F); (V); (F).
- e) (V); (V); (V); (V).

QUESTÃO 06. A palavra “adversidades”, que ocorre no terceiro parágrafo “*Teixeira recomenda que antes de calcular o orçamento familiar, o casal faça o abatimento relativo aos gastos individuais, deixando sempre uma sobra para as adversidades, como problemas de saúde, acidente de carro, ou para um plano de previdência*” significa, no contexto em que ocorre,

- a) fatalidades.
- b) necessidades.
- c) possibilidades.
- d) prosperidades.
- e) racionalidades.

INSTRUÇÃO: As questões 07 e 08 se referem a esta charge:



(<http://goo.gl/fLrThX>. Acesso: 17/05/2014.)

QUESTÃO 07. Na charge, critica-se

- a) a alegria do povo brasileiro ao adquirir os bens de consumo não duráveis.
- b) a diminuição dos impostos de alguns produtos de consumo não duráveis.
- c) a forma passiva como os brasileiros esperam pelas políticas governamentais.
- d) o consumismo excessivo da população depois da política de redução do IPI.
- e) o modo como o governo brasileiro conduz a política de redução de impostos.

QUESTÃO 08. Sobre o texto, foram feitas duas considerações. Analise-as, observando a relação existente entre elas.

Consideração 01

O governo reduziu o imposto sobre os produtos industrializados, o IPI

apesar disso,

Consideração 02

os personagens estão aguardando a redução do imposto sobre os alimentos.

A análise da relação existente entre as duas considerações confirma que

- a) as duas afirmativas são falsas, uma vez que a relação entre elas, pela conjunção “por esse motivo” é improcedente.
- b) as duas afirmativas são verdadeiras e estão coerentemente relacionadas por uma relação de “causa / explicação”.
- c) as duas afirmativas são verdadeiras, no entanto, a relação existente entre ambas foi inadequadamente empregada.
- d) apenas a primeira afirmativa é verdadeira, porque trata de um assunto de conhecimento geral.
- e) apenas a segunda afirmativa é verdadeira, dado que apresenta as consequências da redução do IPI.

INSTRUÇÃO: As **questão 09** e **10** se referem a esta charge:



(<http://goo.gl/j832hw>. Acesso: 17/05/2014.)

QUESTÃO 09. Na charge, mostra-se desaprovação em relação

- a) à ausência de um programa de nutrição e alimentação.
- b) às políticas públicas excludentes realizadas pelo governo.
- c) às propostas de programas nutricionais de alguns órgãos.
- d) ao aumento de pragas que surgiram nas grandes cidades.
- e) ao desapontamento dos cidadãos com a poluição ambiental.

QUESTÃO 10. Sobre o texto, foram feitas algumas afirmações. Classifique-as como (V) verdadeiras ou (F) falsas:

☐ A crítica veiculada no texto refere-se tanto aos problemas de distribuição de renda quanto à distribuição de alimentos no Brasil.

☐ O texto pertence ao gênero “história em quadrinho”, uma vez que é constituído por imagens e palavras, dentro de um quadrinho.

☐ Na constituição desse texto, foram utilizados, essencialmente, dois recursos: a linguagem verbal e a linguagem não-verbal.

☐ Fica evidenciada no texto a nacionalidade dos personagens: são brasileiros, basta observar a linguagem utilizada bem como o cenário.

A sequência correta de classificação, de cima para baixo, é:

a) (F); (F); (V); (F).

b) (F); (V); (V); (V).

c) (F); (F); (F); (F).

d) (V); (V); (F); (V).

d) (V); (F); (V); (F).

QUESTÃO 11. Considere esta definição de *Gestão Pública*:

A gestão pública pode ser entendida como o “conjunto de atividades preponderantemente executórias de pessoas jurídicas de Direito Público ou delas delegatórias, gerindo interesses coletivos, na prossecução dos fins desejados, pelo Estado”.

(MOREIRA NETO, D. F. **Curso de Direito Administrativo**. 14 ed. RJ: Forense, 2005.)

Sobre a *Administração Pública*, foram feitos alguns comentários. Avalie-os como verdadeiros (V) ou falsos (F):

() Na *Administração Pública Direta*, a atividade administrativa é exercida diretamente pelo governo, por meio de seus órgãos, que são repartições interiores de sua pessoa e dele não se distinguem.

() Na *Administração Pública Indireta*, a atuação estatal se dá por meio de pessoas físicas, que são designadas para cargos de confiança, a fim de exercer determinados serviços públicos.

() Numa visão global, a administração pública corresponde a todo aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas.

() O termo “*Administração Pública*”, é utilizado para designar as ações executadas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente as necessidades coletivas.

() O termo “*Administração Pública*” não pode ser utilizado para referir-se ao conjunto de órgãos e pessoas jurídicas que exercem, por atribuição legal, as funções administrativas do Estado.

A sequência correta de classificação, de cima para baixo, é:

- a) (F); (V); (F); (F); (V).
- b) (F); (F); (V); (V); (F).
- c) (V); (F); (V); (V); (F).
- d) (V); (V); (F); (F); (V).
- e) (V); (V); (F); (V); (V).

QUESTÃO 12. Esta é a definição de *Poderes Administrativos*, dada por CARVALHO FILHO, 2005, p. 130:

Poderes Administrativos é o “conjunto de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins”

(CARVALHO FILHO, J. S. **Direito Administrativo**. 9 ed. Niterói: Impetus, 2005).

Associe os tipos de poderes administrativos apresentados aos conceitos a que se relacionam.

(1) Poder de Polícia

(4) Poder Hierárquico

(2) Poder Discricionário

(5) Poder Regulamentar

(3) Poder Disciplinar

(☐) Conferido ao administrador público, por lei, para que, dentro dos limites nela previstos e com certa parcela de liberdade, adote a melhor solução para satisfação do interesse público.

(☐) Incide na relação entre agentes e órgãos que ocupam diferentes níveis dentro de uma mesma entidade.

(☐) Incide sobre as atividades desenvolvidas por particulares, cuja liberdade de ação é, em nome do interesse público, limitada pela Administração.

(☐) Incide sobre as normas administrativas, que definem o sentido e o modo de execução da lei.

(☐) Incide sobre pessoas que têm relação jurídica específica com a Administração, situação como por exemplo dos agentes públicos, definindo seus deveres, proibições e possíveis punições.

A sequência correta de associação, de cima para baixo, é:

a) 1 – 3 – 2 – 4 – 5.

b) 2 – 4 – 1 – 5 – 3.

c) 3 – 1 – 5 – 2 – 4.

d) 4 – 2 – 3 – 5 – 1.

e) 5 – 4 – 1 – 3 – 2.

QUESTÃO 13. Licitação é o procedimento administrativo formal que tem por objetivo garantir a observância constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar a oportunidade igual a todos

os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.

Em relação às modalidades de licitação previstas na Lei nº. 8.666/93, analise as afirmativas a seguir.

I – Concorrência: Modalidade própria para contratos de grande valor em que a participação de quaisquer interessados, cadastrados ou não, que satisfaçam a todas as condições estabelecidas no edital. Deve ser realizada quando os valores estimados para obra e serviços de engenharia são superiores a R\$ 1.500.000,00 e para compras e serviços são superiores a R\$ 650.000,00.

II – Tomada de Preços: Modalidade realizada entre interessados previamente cadastrados ou que atendam a todas as condições para cadastramento até três dias antes da licitação. Deve ser utilizada quando os valores estimados para obra e serviços de engenharia são até R\$ 1.500.000,00 e para compras e serviços são até R\$ 650.000,00.

III – Convite: Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado.

IV – Concurso: Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

V – Leilão: Modalidade mais simples de licitação, na qual devem ser convidados pelo menos três interessados no ramo, para que apresentem suas propostas. Deve ser realizada quando os valores estimados para obra e serviços de engenharia são acima de R\$ 15.000,00 até R\$ 150.000,00 e para compras e serviços são acima de R\$ 8.000,00 até R\$ 80.000,00.

Estão corretas as afirmações

- a) I e II, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) IV e V, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) III, IV e V, apenas.

QUESTÃO 14. O *Pregão* é uma modalidade de licitação, regulamentado pela Lei nº. 10.520/2002 em que a disputa pelo fornecimento de bens e serviços é feita em sessão pública. As formas de realização do Pregão são denominadas:

- a) Pregão Aberto e Pregão Fechado.
- b) Pregão Preparatório e Pregão Externo.
- c) Pregão Presencial e Pregão Eletrônico.
- d) Pregão por Competição e Pregão por Convite.
- e) Pregão para Definição e Pregão para Julgamento.

QUESTÃO 15. Uma característica marcante dos contratos administrativos é o fato de possuírem as denominadas “cláusulas exorbitantes”, que são incluídas nos referidos contratos como forma de permitir à *Administração Pública* realizar os interesses fundamentais da coletividade.

Constituem-se em cláusulas exorbitantes dos Contratos Administrativos, **EXCETO**:

- a) Aplicação de sanções, por parte da Administração Pública.
- b) Fiscalização da execução do contrato pela Administração Pública.
- c) Rescisão unilateral do contrato por parte da Administração Pública.
- d) Alteração unilateral do contrato por parte da Administração Pública.
- e) Ocupação definitiva dos bens e pessoal da empresa, se de interesse da Administração Pública.

QUESTÃO 16. Uma determinada empresa apresentou os seguintes saldos patrimoniais:

Bancos	R\$ 15.000,00	Estoques	R\$ 37.000,00
Caixa	R\$ 5.000,00	Fornecedores	R\$ 21.000,00
Capital Social	R\$ 60.000,00	Imóveis	R\$ 70.000,00
Clientes	R\$ 23.000,00	Reservas de Lucros	R\$ 20.000,00
Empréstimos a Pagar	R\$ 30.000,00	Salários a Pagar	R\$ 19.000,00

Considerando os saldos apresentados, o valor das *Aplicações de Recursos*, do *Capital de Terceiros* e do *Capital Próprio* dessa empresa são, respectivamente de

- a) R\$ 80.000,00; R\$ 70.000,00; R\$ 150.000,00.
- b) R\$ 113.000,00; R\$ 107.000,00; R\$ 80.000,00.
- c) R\$ 130.000,00; R\$ 70.000,00; R\$ 100.000,00.
- d) R\$ 150.000,00; R\$ 70.000,00; R\$ 80.000,00.
- e) R\$ 150.000,00; R\$ 90.000,00; R\$ 60.000,00.

QUESTÃO 17. “Os *Princípios de Contabilidade* representam a essência das doutrinas e teorias relativas à *Ciência da Contabilidade*, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à *Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades*”.

(CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº. 750, de 29 de dezembro de 1993.**

Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade. Alterada pela **Resolução CFC nº. 1.282, de 28/05/2010**).

O _____ determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

O *Princípio Contábil* que completa adequadamente a lacuna é o Princípio da

- a) Competência.
- b) Continuidade.
- c) Entidade.
- d) Oportunidade.
- e) Prudência.

QUESTÃO 18. A essência da Contabilidade é o *Método das Partidas Dobradas*, segundo o qual a *Natureza do Saldo das Contas* pode ser *Devedor* ou *Credor*.

Qual destas opções apresenta **SOMENTE** contas de natureza devedora?

- a) Veículos, Caixa e Clientes.
- b) Caixa, Estoques e Fornecedores.
- c) Bancos, Imóveis e Receita de Vendas.
- d) Capital social, Despesa com Aluguel e Estoques.
- e) Bancos, Depreciação Acumulada e Impostos a Pagar.

QUESTÃO 19. A *Lei das Sociedades por Ações* apregoa que:

“Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício;

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.”

(BRASIL, **Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso:12/05/ 2014).

A *Demonstração do Resultado do Exercício* constitui-se no demonstrativo contábil que tem por objetivo apresentar

- a) as alterações ocorridas durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em fluxos das operações, financiamentos e investimentos.
- b) de forma clara a situação econômica, financeira e patrimonial de um determinado período, como uma fotografia da entidade, pois apresenta tal situação em um dado momento.
- c) de forma detalhada todas as destinações do lucro, as absorções dos prejuízos, as reversões de reservas e ajustes apresentados no exercício.
- d) o valor da riqueza gerada pela entidade e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para geração dessa riqueza, bem como a parcela da riqueza não distribuída.
- e) os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho, ou seja, o confronto entre receitas e despesas, obtendo o resultado da organização.

QUESTÃO 20. A empresa *Comércio de Mercadorias Ltda.* apresentou os saldos das contas a seguir.

Venda de Mercadorias	300.000,00
Devolução de vendas	7.000,00
ICMS sobre vendas	54.000,00
PIS sobre vendas	1.950,00
COFINS sobre vendas	9.000,00
Abatimentos sobre vendas	8.000,00
Estoque inicial	70.000,00
(+) Compras	100.000,00
(-) Estoque Final	60.000,00
Despesas com Vendas	15.000,00
Despesas Administrativas	40.000,00
(-) Despesas Financeiras	20.000,00
(+) Receitas Financeiras	13.000,00
(-) Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro	4.324,50
(-) Provisão para Imposto de Renda	7.207,50

Considerando os saldos apresentados, o valor do *Resultado Operacional Bruto* e *Resultado Líquido do Exercícios* são, respectivamente de

- a) R\$ 50.050,00 e R\$ 26.638,00.
- b) R\$ 110.050,00 e R\$ 36.518,00.
- c) R\$ 188.000,00 e (28.432,00).
- d) R\$ 220.050,00 e R\$ 48.050,00.
- e) R\$ 235.050,00 e 63.050,00.

QUESTÃO 21. Sobre o *orçamento-programa*, que é uma espécie de orçamento público, foram feitas estas afirmações. Analise-as:

- I. É o documento que evidencia a política econômico-financeira e o programa de trabalho da administração, discriminando as despesas segundo sua natureza, dando ênfase aos fins ou objetivos.
- II. Tem como preocupação básica a identificação dos custos dos programas propostos para alcançar os objetivos estabelecidos.
- III. Sua forma dificulta uma vinculação entre o planejamento e as funções executivas da organização.
- IV. Por ser elaborado de modo muito discriminado, inviabiliza o controle e a avaliação da eficiência das ações governamentais.
- V. É o tipo de orçamento utilizado no Brasil.

Estão corretos os comentários feitos em

- a) I e IV, apenas.
- b) II e V, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, II e V, apenas.
- e) III, IV e V, apenas.

QUESTÃO 22. Considere esta afirmação sobre o orçamento público:

“O orçamento público surgiu para atuar como instrumento de controle das atividades financeiras do Governo. [...] Entretanto, para real eficácia desse controle, faz-se mister que a constituição orgânica do orçamento se vincule a determinadas regras ou princípios orçamentários.”

(ANGÉLICO, J. Contabilidade pública. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1995. p. 39.)

Associe os princípios orçamentários apresentados aos seus respectivos conceitos.

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">1. Princípio da Unidade2. Princípio da Universalidade3. Princípio do Equilíbrio4. Princípio da Não-afetação das Receitas5. Princípio da Especificação |
|---|

() O montante de despesas não pode ultrapassar a receita prevista para o mesmo exercício.

() Prevê que todas as receitas e as despesas do legislativo, assim como das fundações, autarquias e do executivo estejam dispostas no mesmo orçamento.

() Nenhuma parcela da receita poderá ser reservada ou comprometida para atender a gastos específicos.

() Deve haver um único orçamento para cada ente federativo.

() As receitas e as despesas devem aparecer no orçamento de forma discriminada, possibilitando identificar a origem dos recursos e sua aplicação.

() As exceções deste princípio são as exigências legais de gastos com saúde e com educação.

A sequência correta de associação, de cima para baixo, é:

a) 1 – 3 – 2 – 4 – 5 – 4.

d) 3 – 5 – 1 – 3 – 2 – 4.

b) 2 – 4 – 1 – 5 – 3 – 2.

e) 4 – 2 – 3 – 5 – 1 – 3.

c) 3 – 2 – 4 – 1 – 5 – 4.

QUESTÃO 23. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu instrumentos de planejamento, execução e controle do processo orçamentário público brasileiro.

Avalie a pertinência destas afirmativas, consoante as diretrizes estabelecidas na Carta Magna:

1. O Plano Plurianual (PPA) estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
2. A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento.
3. A Lei Orçamentária Anual (LOA) inclui o orçamento fiscal e o orçamento de investimento e não contempla o orçamento da seguridade social.
4. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), inovação na Constituição Federal de 1988, é instrumento do processo de planejamento dos gastos públicos constantes da lei orçamentária, que possibilitou à realização de uma conexão entre o PPA e a LOA.

São pertinentes os comentários feitos em

- | | |
|-------------------|----------------------|
| a) 1 e 4, apenas. | d) 1, 2 e 3, apenas. |
| b) 2 e 3, apenas. | e) 1, 2 e 4, apenas. |
| c) 3 e 4, apenas. | |

QUESTÃO 24. Qual destas afirmativas é **INCORRETA** em relação ao estabelecido na Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, denominada *Lei de Responsabilidade Fiscal*?

- a) Exige a padronização do orçamento, o equilíbrio, a eficiência e a transparência da gestão orçamentária.

- b) Nas audiências públicas quadrimestrais são exigidas as apresentações da execução do orçamento público e do alcance das metas fiscais.
- c) Nos casos em que a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite legalmente estabelecido, o órgão público que houver incorrido no excesso, fica vedado a efetuar algumas ações e em elevar gastos de pessoal.
- d) Os órgãos públicos são autorizados contrair dívidas no valor e no momento em que necessitarem desde que demonstrem condição de pagá-las.
- e) Veda a aplicação da receita advinda da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.

QUESTÃO 25. Andrade, 2006, define receita pública desta maneira:

Receita pública é definida “como todo e qualquer recolhimento aos cofres públicos em dinheiro ou outro bem representativo de valor que o governo tem direito de arrecadar em virtude de leis, contratos, convênio e quaisquer outros títulos, de que seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertençam.”

(ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal**, 2 ed. SP: Atlas, 2006. p. 57.)

Sobre a receita pública, é **INCORRETO** dizer que:

- a) A etapa do lançamento trata-se de quando a administração pública identifica e individualiza o contribuinte, formalizando o crédito a ser arrecadado.
- b) A previsão constitui a etapa de estimativas de receitas especificadas no orçamento.
- c) Determina que em até 30 dias da aprovação da Lei Orçamentária Anual as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação.
- d) Diferente da despesa pública, na execução da receita aplica-se o Regime de Competência.
- e) O recolhimento refere-se à efetiva transferência dos recursos para os cofres públicos.

QUESTÃO 26. Sobre a proposta orçamentária, foram feitos alguns comentários. Classifique-os em verdadeiros (V) ou falsos (F):

() Dotação orçamentária corresponde a valores já disponíveis em dinheiro para efetuar despesas específicas e que serão autorizados na *Lei Orçamentária Anual - LOA*.

() Exercício financeiro trata-se do período de execução do ciclo operacional, ou de execução do orçamento e coincide com ano civil.

() É permitida a fixação de créditos orçamentários com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

() É vedada a fixação de dotação orçamentária para investimento com duração superior a um exercício financeiro e que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

() Projeto de lei orçamentária corresponde ao documento que é enviado ao Poder Judiciário para discussão e aprovação.

A sequência correta de classificação, de cima para baixo, é:

a) F – F – V – V – F.

d) V – F – F – V – F.

b) F – V – F – F – V.

e) V – V – F – V – V.

c) F – V – F – V – F.

QUESTÃO 27. Considere esta afirmação de Andrade, 2006:

“[...] despesa pública “constitui-se em toda saída de recursos ou de todo pagamento efetuado, a qualquer título, pelos agentes pagadores para saldar gastos fixados na Lei do Orçamento ou em lei especial e destinados à execução dos serviços públicos, entre eles custeios e investimentos, além dos aumentos patrimoniais, pagamento de dívidas, devolução de importâncias recebidas a títulos de caução, depósitos e consignações”.

(ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal**, 2 ed. SP: Atlas, 2006. p. 76.)

Qual destas afirmações sobre despesa pública é **INCORRETA**?

- a) *Classificação Institucional* corresponde à discriminação da despesa por cada órgão constante no orçamento e conforme a sua estrutura organizacional.
- b) *Despesas com pessoal e encargos sociais* constituem as despesas de remuneração e encargos sociais pelo exercício de cargos, funções e empregos públicos, exceto a remuneração dos ocupantes de cargos eletivos.
- c) *Despesa de Capital* corresponde àquelas que resultam da aquisição um bem de capital ou valorização dos bens já existentes.
- d) *Despesa Obrigatória de Caráter Continuado* são despesas correntes derivadas de lei fixadas para um período superior a dois exercícios.
- e) Outras despesas correntes são despesas com material de consumo, telefone e outros consumos contínuos, subvenções, auxílio alimentação, além de outras despesas não classificáveis como de pessoal ou de juros.

QUESTÃO 28. Sobre a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que determina a utilização do empenho para realização da despesa pública, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) É desnecessário que a despesa seja realizada mediante prévio empenho.
- b) O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- c) É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- d) O empenho por estimativa será feito para a despesa cujo montante não se possa determinar.
- e) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

QUESTÃO 29. Giacomini (2007) explica que o controle parlamentar tratava de garantir a observância dos quantitativos financeiros alocados no orçamento por objeto de despesa, bem como de fiscalizar a arrecadação.

Sobre o controle da execução orçamentária, é INCORRETO afirmar que:

- a) As fiscalizações contábil, financeira e orçamentária serão exercidas pelo controle externo e pelo sistema de controle interno.
- b) O controle da execução orçamentária, pelo *Poder Legislativo*, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da *Lei de Orçamento*.
- c) O controle interno sobre as despesas pode ser realizado somente depois de efetuadas, liquidadas e pagas.
- d) O *Poder Legislativo*, os tribunais de contas, organização da sociedade civil ou qualquer cidadão pode exercer o controle sobre os gastos públicos.
- e) Uma das finalidades do controle interno é a avaliação dos resultados das gestões orçamentárias, financeira e patrimonial, segundo os conceitos de eficiência e eficácia.

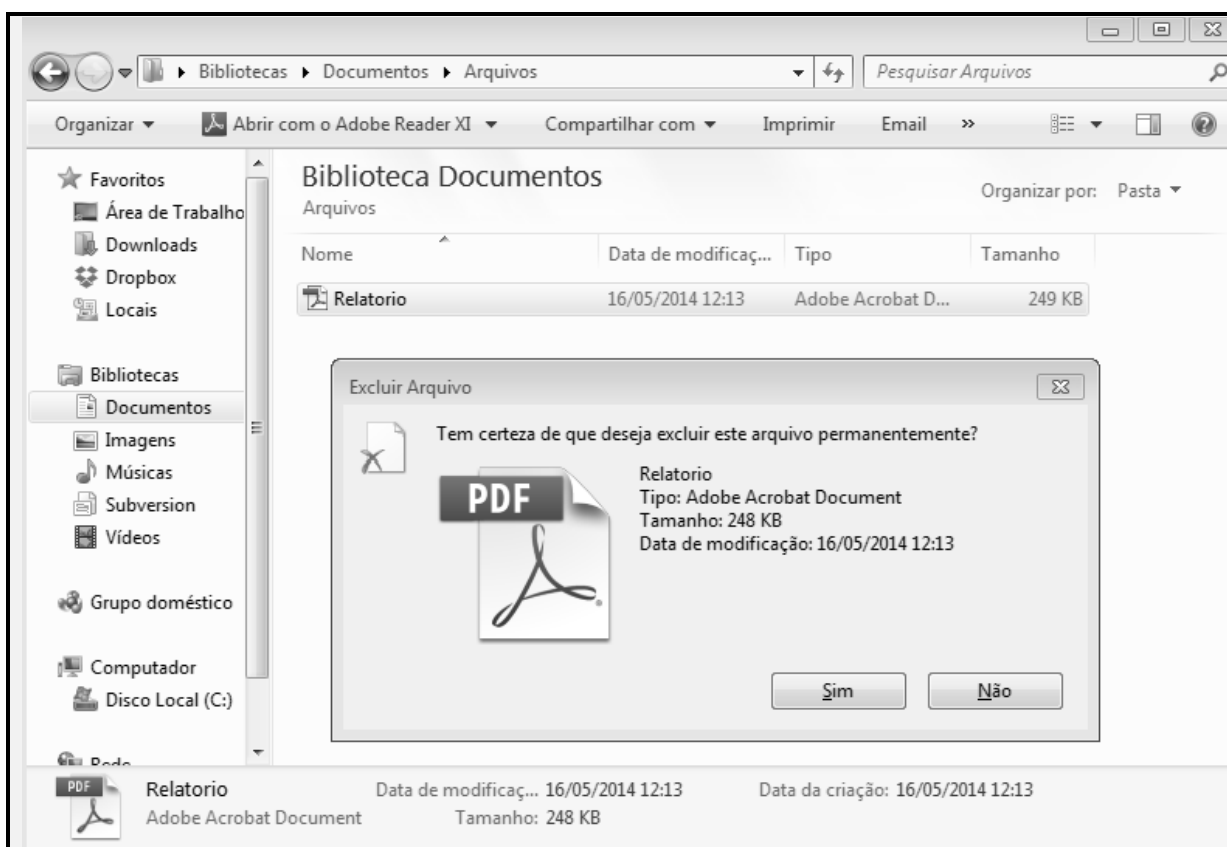
QUESTÃO 30. O Reitor do *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais*, desejando realizar uma despesa não prevista na *Lei Orçamentária Anual*, requisita ao *Tecnólogo em Gestão Financeira* que utilize dos créditos adicionais previstos na Lei nº4.320, de 17 de março de 1964, para efetuá-la. Em relação aos créditos adicionais é **INCORRETO** afirmar que:

- a) A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.
- b) Os créditos especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica na *Lei Orçamentária Anual*.
- c) Os créditos extraordinários são destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- d) Os créditos extraordinários serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- e) São fontes de recursos para abertura dos créditos suplementares e especiais: o superávit financeiro, os provenientes de excesso de arrecadação, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, o produto de operações de crédito autorizadas.

QUESTÃO 31. Os navegadores de internet possuem recursos que facilitam a navegação do usuário. Um exemplo é o armazenamento das páginas que já foram visitadas anteriormente. Com isso, o usuário consegue retornar a alguma página que ele acessou, cujo endereço não recorda. Para visualizar as páginas que já foram acessadas anteriormente, deve-se procurar no navegador a opção:

- a) Extensões
- b) Favoritos
- c) Histórico
- d) Serviços
- e) Suporte

QUESTÃO 32. No *Windows 7*, um funcionário de uma empresa selecionou o arquivo *Relatorio.pdf* e pressionou um atalho, resultando na janela de diálogo ilustrada na figura.



Qual atalho foi pressionado pelo funcionário?

- a) Del
- b) Ctrl + Del
- c) Shift + Del
- d) Ctrl + Alt + Del
- e) Ctrl + Shift + Del

QUESTÃO 33. Sobre os conhecimentos de informática, foram feitas algumas considerações. Classifique-as como (V) verdadeiras ou (F) falsas:

- () Em segurança da informação, a função de resumo (*Hash*) não pode ser utilizada para garantir a integridade de um arquivo.
- () *Hoax* é um tipo de spam que usualmente possui um texto dramático ou comovente, induzindo as pessoas a espalharem a mensagem.
- () *Phishing* é um tipo de golpe cujo objetivo é conseguir informações importantes e dados pessoais do usuário como, por exemplo, senhas de banco.
- () Um computador que tenha algum programa antivírus instalado está completamente livre de qualquer ameaça.

A sequência correta de classificação é, de cima para baixo:

- a) (V); (V); (V); (F).
- b) (V); (F); (F); (V).
- c) (F); (F); (F); (V).
- d) (F); (V); (F); (F).
- e) (F); (V); (V); (F).

QUESTÃO 34. Considere esta frase:

“_____ significa enviar um arquivo de um computador local para um computador remoto.”

Para que a frase seja verdadeira, qual destas palavras deve ser usada para completar a lacuna?

- a) Download
- b) Reload
- c) Upload
- d) Reload
- e) Postload

QUESTÃO 35. Um usuário navegou até uma determinada pasta que possui dois arquivos com nomes diferentes, porém de mesma extensão, utilizando o *Windows Explorer* do *Windows 7*. O usuário selecionou os dois arquivos, clicou na opção “Arquivo → Renomear” e tentou renomear os arquivos para o nome “memorando”. Procedendo dessa maneira, o que irá acontecer?

- a) os dois arquivos serão renomeados para “memorando”.
- b) o Windows não irá habilitar a opção “Arquivo → Renomear”.
- c) os arquivos serão renomeados para “memorando (1)” e “memorando (2)”.
- d) os arquivos permanecerão com o nome que estavam antes, ou seja, não serão renomeados.
- e) será apresentada uma mensagem de erro, pois não é possível ter dois arquivos com nomes iguais em uma mesma pasta.

QUESTÃO 36. Com relação às memórias secundárias, também conhecidas como dispositivos de armazenamento em massa, foram feitas algumas considerações. Analise-as atentamente:

- I. Em um computador de dois HDs associados com RAID1, consegue-se a gravação de arquivos com o dobro de rapidez, pois o barramento do HD nesse computador é duplicado.
- II. Os HDs podem sofrer operações únicas, que não se aplicam a nenhum outro dispositivo de memória secundária, como o particionamento, processo pelo qual um único HD pode apresentar-se ao sistema operacional como mais de uma unidade de armazenamento, podendo apresentar diferentes sistemas de arquivos em cada unidade.
- III. Os dispositivos de memória Flash são reconhecidos como Discos Removíveis pelo sistema operacional da Microsoft, o Windows, que se encarrega de designar um ícone apropriado para sua inidade na janela do gerenciador de arquivos deste sistema operacional.

IV. Geralmente são nos HDs onde é criada a memória virtual pelo sistema operacional. Quando isso não é possível criar a memória virtual no HD, uma unidade disco de ótico será recomendada como unidade de gravação para a memória virtual.

Estão corretas as considerações feitas em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) III e IV, apenas.

QUESTÃO 37. No editor de textos *MS Word 2007*, como uma forma de garantir que o texto não seja cortado na necessidade de uma encadernação, é possível utilizar uma opção que adiciona espaço extra à margem superior ou lateral de um documento. Essa opção é chamada de margem de

- a) recuo.
- b) brochura.
- c) medianiz.
- d) espaçamento.
- e) encadernação.

QUESTÃO 38. Qual o recurso, no *MS Word 2007*, que permite adicionar as características de autenticidade e integridade a um documento, mantendo-o no modo "somente leitura" e impedindo a edição do mesmo?

- a) Guia Inserir - sessão *Texto* - Linha de assinatura
- b) Guia Exibição - sessão *Mostrar/Ocultar* - Mapa do documento
- c) Guia Referências - sessão *Legendas* - botão *Referência cruzada*
- d) Guia Correspondências - sessão *Concluir* - botão *Concluir e mesclar*
- e) Guia Referências - sessão *Índice de autoridades* - botão *Inserir índice de autoridades*

QUESTÃO 39. Analise atentamente esta planilha para responder a questão:

C2	=B2+A2+A8		
	A	B	C
1	Col1	Col2	Total
2	10	1	12,5
3	20	2	
4	30	3	
5	40	4	
6			
7	Bônus		
8	1,5		

Nessa planilha, ao utilizar o *preenchimento automático* pela alça de preenchimento na célula C2, que possui uma fórmula, realizamos o auto preenchimento em direção às células C3, C4 e C5. O resultado total calculado na célula C5 será:

- a) 0
- b) 12,5
- c) 44
- d) 45,5
- e) 110

QUESTÃO 40. Considere as planilhas abaixo estando a planilha I na PLAN1 e a planilha II na PLAN2.

I

	A	B	C	D	E
1	Nº Inscrição	Alfa	Beta	Gama	Delta
2	AAS5689	100	59	150	79
3	JSP2560	90	22	75	39
4	LPM2891	55	70	45	26
5	TSD8500	128	130	200	50
6	Total (Beta + Delta)				475
7	Média Simples (Alfa + Gama)				105,4

II

	A	B	C
1	Nº Inscrição	Nome	Delta
2	AAS5689	Pedro Alvares Cabral	
3	JSP2560	Machado de Assis	
4	LPM2891	Deodoro da Fonseca	
5	TSD8500	Lineu de Paula Machado	

Percebe-se que a coluna A de ambas as planilhas têm os mesmos valores em seus campos. Há a possibilidade de, a partir de uma planilha, pesquisar os valores da outra e copiá-los de qualquer campo contido no registro. Para esse fim, no *MS Excel 2007*, utiliza-se a função *DESLOC*. A fórmula para que a célula C2, da planilha II, seja preenchida com o respectivo valor encontrado na planilha I, é:

- a) =DESLOC(Plan1!A1;CORRESP(Plan2!A2; Plan1!A2:A5;0);2)
- b) =DESLOC(Plan1!A1;CORRESP(Plan2!A2; Plan1!A2:A5;0);0)
- c) =DESLOC(Plan1!A1;CORRESP(Plan2!A2; Plan1!A2:A5;0);1)
- d) =DESLOC(Plan1!A1;CORRESP(Plan2!A2; Plan1!A2:A5;0);4)
- e) =DESLOC(Plan1!A1;CORRESP(Plan2!A2; Plan1!A2:A5;0);3)

QUESTÃO 41. Um servidor do quadro efetivo de um *Instituto Federal* em sua conduta profissional vem constantemente deixando de cumprir ordens superiores. Tendo em vista que o servidor vem descumprindo o dever funcional previsto na *Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990*, seu superior imediato, com base na referida legislação deve:

- a) Demitir o servidor, caso o comportamento seja reincidente.
- b) Providenciar a mudança do servidor do seu setor de origem para outro setor.
- c) Suspender o servidor de suas atividades, ainda que o mesmo tenha sido aprovado em concurso público.
- d) Punir o servidor com advertência por escrito, que deverá ser entregue no prazo máximo previsto em lei.
- e) Solicitar à autoridade competente que instaure sindicância para apurar a irregularidade e aplicar a penalidade de advertência.

QUESTÃO 42. Ao ingressar no *Serviço Público Federal*, passando a integrar o quadro efetivo de um *Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia*, com base no *Decreto 1.171 de 22 de junho de 1994*, o servidor tem como deveres fundamentais, **EXCETO**:

- a) Ter respeito à hierarquia, porém tendo cautela ao representar contra ilegalidades de que tiver ciência em razão do cargo.
- b) Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- c) Manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição.
- d) Cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem.
- e) Abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.

QUESTÃO 43. O Reitor de um *Instituto Federal* aplicou a penalidade de suspensão por 15 dias a um servidor que ofendeu fisicamente, em serviço, um colega de trabalho, seu subordinado, pelo fato de o mesmo se recusar a cumprir uma ordem sua. A penalidade aplicada, de acordo a *Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990* está

- a) correta, pois a falta cometida não pode ser considerada grave.
- b) incorreta, pois a penalidade cabível seria a advertência por escrito.
- c) incorreta, pois a penalidade cabível para tal irregularidade é demissão.
- d) correta, pois a falta cometida não caracteriza descumprimento de dever funcional.
- e) correta, pois a penalidade de suspensão é penalidade máxima no Serviço Público.

QUESTÃO 44. A *Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005* trata da estruturação do *Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação*. No que se refere à estrutura do plano de carreira dos técnicos administrativos em educação, é **CORRETO** dizer que

- a) o *Plano de Carreira* está estruturado em quatro níveis de classificação, com cinco níveis de capacitação.
- b) os cargos que integram o *Plano de Carreira* possuem atribuições gerais, as quais incluem atividades de execução e organização apenas.
- c) os cargos do *Plano de Carreira* possuem atribuições gerais, as quais, e, conforme a lei, serão exercidas de acordo com o ambiente organizacional.

- d) os cargos do *Plano de Carreira* são organizados em quatro níveis de classificação, classificados exclusivamente na escolaridade exigida para cada nível.
- e) os cargos do *Plano de Carreira* possuem atribuições específicas, as quais são detalhadas de acordo com o interesse da gestão, sem regulamentação específica.

QUESTÃO 45. Os *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia* foram criados pela *Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008*. Com relação à estrutura organizacional dos *Institutos Federais*, é **INCORRETO** afirmar que

- a) os *Institutos Federais* terão como órgão executivo a reitoria, composta por um Reitor e cinco Pró-Reitores.
- b) a administração dos *Institutos Federais* terá como órgãos superiores o *Colégio de Dirigentes* e o *Conselho superior*.
- c) os câmpus serão dirigidos por *Diretores-Gerais*, nomeados pelo Reitor para mandato de quatro anos, permitida recondução após processo de consulta à comunidade do respectivo campus.
- d) cada *Instituto Federal* é organizado em estrutura multicampus, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, inclusive no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.
- e) a Reitoria, como órgão de administração central, poder ser instalada em espaço físico distinto de qualquer dos campi que integram o *Instituto Federal*, desde que previsto em seu estatuto e aprovado pelo *Ministério da Educação*.

QUESTÃO 46. O *Decreto 1.171 de 22 de junho de 1994* aprova o *Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal*. Com base no referido decreto, sobre o qual é **INCORRETA** esta análise:

- a) O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.
- b) A função pública deve ser entendida como exercício profissional, por isso, não se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na

conduta do dia a dia em sua vida privada não crescem ou diminuem o seu bom conceito na vida funcional.

c) O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

d) A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.

e) Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da *Administração Pública*. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.

QUESTÃO 47. De acordo com a *Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990* a redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos, **EXCETO**:

a) Equivalência de vencimentos.

b) Interesse e disponibilidade do servidor.

c) Manutenção da essência das atribuições do cargo.

d) Mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional.

e) Compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

QUESTÃO 48. Segundo o *Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União*, o servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica. No que se refere às férias do servidor, de acordo com a legislação, é **CORRETO** o que se afirma em:

- a) As férias não poderão ser interrompidas por qualquer motivo.
- b) É permitido levar à conta de férias falta ao serviço, desde que justificadas e comprovadas.
- c) Para o primeiro período aquisitivo de férias, serão exigidos 18 (dezoito) meses de efetivo exercício.
- d) O servidor fará jus a trinta dias de férias, que não podem ser acumuladas, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica
- e) As férias poderão ser parceladas em até três etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública.

QUESTÃO 49. A *Lei 8.069 de 13 de julho de 1990*, ao substituir o *Código de Menores de 1979*, introduziu uma série de transformações nas políticas públicas e de atendimento voltadas à população infanto-juvenil. A criança e o adolescente têm garantidos o direito à educação, visando seu pleno desenvolvimento. Assinale a única alternativa **INCORRETA** quanto aos direitos da criança e do adolescente, no que se refere ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer:

- a) É direito da criança e do adolescente o acesso à escola pública e gratuita próxima à sua residência.
- b) É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.
- c) É assegurado à criança e ao adolescente o direito de contestar processos avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- d) É dever do estado assegurar à criança e ao adolescente o ensino médio obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

e) No processo educacional, serão respeitados os valores culturais, artísticos e históricos próprios dos contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a eles a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

QUESTÃO 50. A *Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008* instituiu a criação da *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*, criando os *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. **NÃO** constitui objetivo dos *Institutos Federais*:

- a) Realizar pesquisa básica, estimulando a geração de conhecimentos científicos, buscando satisfazer a necessidade intelectual pelo conhecimento.
- b) Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.
- c) Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- d) Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- e) Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.